

Planos de FH

• A uns morrem as vacas, a outros parem os bois, diz-se em Portugal. As bênçãos do destino são repartidas sem justiça, cumulando a uns, negando-se a outros, querem eles dizer, e têm razão, conforme vemos todos os dias à nossa volta. Quem imaginaria que Itamar Franco chegasse à Presidência e que fosse delegar a condução da economia a Fernando Henrique? E que houvesse pronto um plano de estabilização viável?

A sorte que protegeu Itamar parece ter também perfilhado o seu sucessor. Quinta-feira, Fernando Henrique anunciou ter a Vale do Rio Doce descoberto uma mina de outro na Serra do Leste, em Curionópolis, Pará. Calcula-se que, nos 400 metros de profundidade já furados, há 150 toneladas de ouro que, em dez anos, podem render cinco bilhões de dólares. E há, ainda, mil metros a perfurar. É mais que todo o ouro que mandamos a dom João V, para que pudesse erguer conventos e dedicar-se a namorar freiras.

Fernando Henrique diz que,

embora descoberto pela Vale, o ouro a ela não pertence. Pertence à União, que, segundo a Constituição, é a dona do subsolo.

A notícia, como não podia deixar de ser, mexeu com a cabeça do presidente. Fernando Henrique aguarda o trabalho em curso para avaliar o valor de mercado da Vale, mas tem dúvidas sobre a conveniência ou não de privatizá-la em bloco.

É que, na verdade, há muitas

Vales. Há parcerias valiosas no

Brasil e no exterior. E há as

duas empresas que estão na

origem das dúvidas presiden-

ciais: a que produz ouro e,

principalmente, a que produz

conhecimentos geológicos e

descobre minas, que se chama

Docegeo.

Será que devemos alienar a

nossa memória mineradora e

os trabalhos de pesquisa que

tanto podem render no futuro?, pergunta-se ele. E para fa-

zer o que com o dinheiro?

Jader Barbalho, líder do

PMDB no Senado, acha que o

Brasil precisa de um projeto

nacional integrador. Descobriu

que esse projeto existe, pronta-

, tendo os seus estudos pre-

liminares sido financiados pe-

lo Banco Mundial.

Chama-se Programa de De-

senolvimento Integrado do

Araguaia-Tocantins (Prodiat),

e se propõe a criar um corre-

dor de transportes do Rio

Grande do Sul até Belém do Pa-

rá, incorporando hidrovias e

rodovias, à custa de algumas

obras que permitam a navega-

ção dos rios, como as eclusas

da hidrelétrica de Tucuruí e

duas barragens.

Diz o senador que o Gover-

no brasileiro precisa deixar de

ser um mero escritório de con-

tabilidade, dedicado a preser-

var a estabilidade da moeda, e

adotar um grande projeto de

abertura de novas fronteiras

económicas, o que poderia ser

feito com os recursos resultan-

tes da venda da Vale do Rio Do-

ce.

Em princípio, Fernando Hen-

rique achou a idéia boa e está

pronto a examiná-la melhor,

depois que os estudos sobre a

privatização da empresa esti-

verem concluídos e o seu pre-

ço mínimo fixado. Entrar em

uma aventura desbravadora sem

conhecer o seu custo, co-

mo fez Juscelino Kubitschek com Brasília, não é muito do seu feitio. Mas tampouco é do seu feitio passar quatro anos de olho no Banco Central, na taxa de juros, na balança de pagamentos, e em outros aspectos financeiros igualmente chatos, sem deixar a sua marca na paisagem do país.

O desenvolvimento da Amazônia, e não apenas o controle dos ares, é uma das razões pelas quais luta pelo Sivam, cujo destino será decidido quarta-feira na supercomissão do Senado. Sabe que a batalha será dura e já foi prevenido pelos seus líderes que, se nela não entrar de peito aberto, o projeto poderá ser derrotado.

Fernando Henrique queixa-

se do rumo tomado pelas dis-

cussões. Diz que nenhum fato

concreto sobre possíveis irregu-

laridades lhe foi apresentado

e que, se houvesse, seria o

primeiro a cancelar o contrato

com a Raytheon. Considera

que muitos senadores têm

uma visão errada do processo.

Acham que, se recusarem o

empréstimo do Eximbank, o

dinheiro estará disponível pa-

ra outros investimentos, o que

não é verdade.

O seu argumento: ninguém

acha que a tecnologia francesa

é inferior à americana. O que

fez a Raytheon ganhar a licita-

ção foram as excepcionais

condições de financiamento

que conseguiu junto ao Gover-

no americano. O empréstimo

do Eximbank tem oito anos de

carência, não porque foi dado

ao Brasil, mas porque foi dado

a uma grande empresa ameri-

cana, que precisa se reconver-

ter da indústria de guerra para

a indústria de paz. O Brasil be-

neficiou-se casualmente de um

negócio entre americanos e

para americanos. Se uma das

partes americanas sair do pró-

jeto, o negócio acaba.

Comenta, ainda, que os ameri-

canos não precisam subor-

nar ninguém. Estão acima des-

sa necessidade porque che-

gam com o total apoio político

do seu Governo, tendo como

advogados o próprio presiden-

te Clinton e o seu ministro do

Comércio, e um caminhão de

dinheiro vivo. Quem é suspei-

to de ter usado suborno, no

passado ou agora, são os fran-

ceses.

Na segunda-feira o presiden-

te Fernando Henrique começará

a sua ofensiva pró-Sivam

por uma conversa com o pre-

sidente da supercomissão, Antônio Carlos Magalhães, e com

o relator Ramez Tebet.

Insubstituível como interlo-

cutor, busca, no episódio, a

justificativa para não ter um

coordenador político. Acha

que, com o tipo de presiden-

cialismo imperial que temos,

os partidos vetam qualquer

nome que se proponha para a

tarefa, como recentemente fez

o deputado Paes de Andrade,

presidente do PMDB, em rela-

ção ao seu correligionário

Aluísio Nunes.